

PROBLEMAS BRASILEIROS

EMENTA INDUSTRIAL EXPORTAÇÃO ITSMO

157
68

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FORUM DE CIÊNCIA E CULTURA

III CURSO DE ATUALIZAÇÃO DE ESTUDOS DE
PROBLEMAS BRASILEIROS

DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL - EXPORTAÇÃO - HISTÓRICO

LUIZ FERNANDO TINI
PROFESSOR - ECONOMISTA

GUANABARA, 25 de junho de 1973.

Referência bibliográfica:

TINI, Luiz Fernando - Desenvolvimento Industrial - Exportação. Histórico. Prob. Brasileiros. Rio de Janeiro. Universidade Federal, Forum de Ciências e Cultura, 1973.V.I

A - RESUMO HISTÓRICO DA INDÚSTRIA NACIONAL

1 - O PERÍODO COLONIAL - 1850

2 - O PERÍODO SEMI COLONIAL - 1850/1930

3 - O PERÍODO DE TRANSIÇÃO - 1930/1972

B - EXPORTAÇÃO

1 - O QUE É EXPORTAR

2 - HISTÓRICO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

3 - INCENTIVO POLÍTICO DE EXPORTAÇÃO

C - CONCLUSÕES

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é uma tentativa de corresponder às exigências do "III Curso de Estudos de Problemas Brasileiros" do Forum de Ciência e Cultura da Reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

É um resumo modesto, onde tentamos enfocar em poucas páginas a evolução histórica do desenvolvimento industrial no Brasil e sua participação na vida econômica do País.

Como primeiro enfoque é bom afirmar que estamos passando por uma transformação econômica, onde o desenvolvimento industrial vem se afirmando como fator principal.

A história econômica do Brasil marca dois fatos que demonstram a autonomia de determinadas indústrias que se apresentavam nos idos de 1785, tendo sua evolução tolhida pela metrópole. A primeira tentativa industrial (artesanal) têxtil, foi obrigada a extinguir suas atividades, podendo somente confeccionar panos grossos. Essa medida por seu turno não prejudicou a ascenção da cultura do algodão, o que já marcava nosso potencial. O outro fato foi em relação à indústria do ferro, pois o simples fato de saber fundir o metal já era motivo de suspeitas extremas.

Também deve-se abordar que a industrialização do Brasil recebeu bons serviços de D. João na fase Colonial. A liberdade econômica em novas bases, o alvará de 1809 onde foram abolidos os direitos aduaneiros em relação às matérias primas, a fim de permitir a implantação efetiva da indústria e a determinação de material para o exército que deveriam ser confeccionados pela Co-

lônia. Podemos afirmar que essas medidas foram as primeiras no Brasil visando animar ao capital empregado, amparando e promovendo as indústrias de lã, aço, seda e algodão.

Podemos afirmar que a depressão da década de 1930 deu grande incentivo à industrialização brasileira, que implantada através de um mecanismo de proteção, resultou o estruturalismo industrial do Brasil e trouxe mudanças significativas para nossa economia. Isso só ~~se~~ foi possível em função dos investimentos estrangeiros, assistência técnica e organização empresarial, que são os fatores mais importantes para consecução desse processo estruturalista industrial.

Todo país alcança seus objetivos e sua maioridade, através do processo de industrialização. Essa atenção foi dada propriamente a partir de 1950 quando a política passa a ser voltada para a substituição de importação, efetivamente levada a efeito com a implantação do Programa de Metas em 1955/60 (Industrialização a todo custo), onde toda atenção e apoio foram dados à iniciativa privada.

O Brasil se caracteriza como um país em fase de desenvolvimento e vem tentando se afirmar quando incentiva a todo vapor uma política efetiva de exportação.

Industrialização e exportação formam o binômio fundamental para alcance das nossas aspirações. A proteção à Política de Exportação vem dando condições de afirmação da nossa economia e por conseguinte da nossa crescente evolução industrial. Exportar é preço, qualidade, tecnologia, diversificação da produção, implantação de indústrias e expansão de outras, qualificação de mão de obra, novos empregos, o que permite melhor nível de bem estar social.

Os estudiosos da nossa economia marcam 1964 como princípio de modificações estruturais da vida nacional, principalmente no que se refere à política desenvolvimentista, onde se observa que o Brasil saindo da política de substituição de importação tenta se lançar efetivamente na força da tecnologia.

Finalmente, conviemos dizer que na abordagem dos diversos tópicos, tendo em vista as dificuldades encontradas para melhoria substancial do trabalho, uma vez que a história do desenvolvimento industrial no Brasil ainda é pouco explorada e quase todos as obras que focalizam tal assunto se restringem a poucas linhas, o presente trabalho será realizado de uma forma muito simplificada, procurando focalizar o que de mais importante ocorreu e mostrar a perspectiva do nosso País.

1) - O PERÍODO COLONIAL

As principais atividades artesanais se concentravam na produção de açúcar, fumo, minérios e uma nascente indústria textil. O principal objetivo da metrópole na exploração dessas atividades era extrair da colônia o que fosse de seu proveito e nunca o incentivo, só o sendo em relação às indústrias que para isso concorriam.

Um outro ponto bastante representativo para a não evolução industrial da Colônia era a falta de fonte geradora de força e pouco recurso humano aproveitável para o desempenho das várias atividades artesanais da época, e ainda podemos afirmar que a própria sociedade colonial prejudicava o tal desempenho artesanal, uma vez que se importava do exterior a maior parte dos produtos manufaturados de consumo da Colônia.

Dentre as indústrias manufatureiras da Colônia devemos destacar a do ferro e a textil, pois contavam com matéria prima abundante e um mercado promissor, onde a segunda pela perspectiva de liberdade de comércio, foi se organizando dando resultado a manufaturas grandes e autônomas.

Em 1785 as indústrias texteis, com exceção daquelas manufaturas de panos grossos, foram extintas pela metrópole, uma vez que organizadas poderiam concorrer com o comércio do reino.

A indústria do ferro era estimulada e apresentava grandes perspectivas pela abundância de matéria prima e pela alta do preço das ferramentas; resultado da dificuldade de transporte e direitos aduaneiros elevadíssimos para entrada na Colônia. Esta pequena tentativa siderúrgica foi perseguida também pela administração colonial, pois temia-se os fundidores de metal que muitas vezes eram perseguidos como sendo elementos contrários aos objetivos e idéias da Colônia. Era uma indústria que apresentava lucro e por conseguinte temia-se a independência econômica da Colônia.

Em 1810 Portugal por força de tratado concede às manufaturas inglesas tarifa especial, até certo ponto inferior à de Portugal, entregando dessa forma o nosso comércio às indústrias inglesas, o que contribuiu decisivamente para o desestímulo, agravando ainda mais o desenvolvimento industrial que acontecia. Em suma, a reação do nacionalismo econômico se deu em 1828, quando se achava ainda a indústria brasileira em seus primeiros passos.

2) - O PERÍODO SEMI COLONIAL - 1850/1930

A proibição do tráfico negreiro veio trazer uma contribuição bastante satisfatória para o processo industrial, pois foram canalizados recursos da importação de escravos em atividades industriais, resultando a imigração que concorrerá com a formação técnica do europeu, superior ao nacional.

Também a sucessão tarifária 1850/1869 e principalmente A TARIFA ALVES BRANCO de 1844, que apresentava tendências liberais, contribuiram bastante para proteção da indústria nacional. Com essas medidas as forças produtoras do País iam desenvolvendo suas atividades e nem mesmo a Guerra do Paraguai que provocou retração nos negócios não trouxe qualquer prejuízo.

Passa o setor industrial por uma fase de transição liberal, onde algumas fábricas passam a utilizar a máquina em vez do trabalho manual (1861). Esse liberalismo moderado que foi seguido pela depressão econômica de 1875, praticamente trouxe a falência de Mauá, figura destacada em nossa história, como o lançador dos alicerces da expansão industrial no Brasil.

Praticamente com toda sorte de dificuldades a indústria brasileira depois de ter passado por várias tentativas de criação de mentalidade industrial esclarecida e sólida, podem esses resultados mostrar que em 1884 eram poucos mais de 200 fábricas e em 1889 eram 600, através de benefícios da política de empréstimo, resultando estímulo e prosperidade, possível de ser levado

a efeito pelo desenvolvimento da lavoura cafeeira, trazendo aumento populacional e riqueza, principalmente para São Paulo.

Com o advento da guerra 1914/1918, a indústria passa a ocupar destaque e representativo na economia, o setor sofre impulso promissor e uma grande soma de artigos consumidos no Brasil era de produção nacional. A queda de câmbio e a necessidade de importação pelos países em conflito permitiram a fundação de novos estabelecimentos, chegando, segundo o censo realizado em 1920, a 13.336 estabelecimentos.

As indústrias de ferro e aço e a de cimento foram instaladas propriamente na década de 20 e sua expansão na década de 30, onde a transferência de capital oriundo do café foi o fator primordial para tal realização. É bom frisar, o capital estrangeiro contribuiu bastante para o desenvolvimento dessas indústrias básicas no Brasil.

Passando a República em 1889, o Brasil, no seu primeiro ano republicano, já dá condições à formação de uma companhia siderúrgica, que passa a ser a mais importante, adquirindo instalações da Usina Esperança e elaborando planos para sua expansão. Uma indústria que marca época é a Companhia Forja e Estaleiros. O desenvolvimento da indústria de aço surge com o estabelecimento da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, a primeira a produzir aço no Brasil.

As condições de transporte do carvão do litoral para o interior e sendo o carvão mineral do Brasil pobre em qualidade e também de qualidade e por estar situado em regiões distantes não dava condições de expansão do mercado de aço, uma vez que não permitiam a instalação de modernas fornos de coque.

Entre os anos de 1921 e 1927, consegue a siderurgia brasileira expandir significativamente sua capacidade, pois a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira constroi dois fornos a carvão vegetal com capacidade para 50 toneladas por dia e mais dois com capacidade também de 50 toneladas.

É bom considerar que a Companhia de Mineração e Metalurgia também foi criada em 1925 e sua produção consistia em ferro e aço laminado.

A falta de conhecimento do assunto foi uma das causas que levaram o Brasil a parar sua produção de cimento. A primeira fábrica é estabelecida no Brasil em 1888, com capital estrangeiro, como aconteceu na indústria do aço e só entrou em fase de produção em 1897. Em 1924 a Companhia Cimento Portland começa a instalação da Perus, cuja capacidade era de 60.000 t.

Se o advento da primeira guerra trouxe prosperidade para o setor industrial do Brasil, o período 1924/1930 traz desalento, permitindo que algumas indústrias fracassem e outras pereçam.

O quadro a seguir permite uma visão do setor siderúrgico nacional no período 1930/1940, onde se observa a evolução da nossa produção de lingotes, produção, importação e consumo aparente de aço laminado.

ANOS	PRODUÇÃO DE LINGOTES DE AÇO	AÇO LAMINADO		
		PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	CONSUMO APARENTE
1930	21,0	25,9	233,3	259,2
1931	23,1	18,9	125,0	144,9
1932	34,2	29,5	136,0	165,7
1933	53,6	42,4	234,7	277,0
1934	61,7	43,7	295,0	343,6
1935	64,2	52,4	293,0	345,4
1936	73,7	62,9	323,7	386,7
1937	76,4	71,4	434,0	505,4
1938	92,4	85,7	270,0	358,7
1939	114,1	100,9	328,8	429,8
1940	141,2	135,3	287,7	414,5

Fonte: M.A. - SEP

M.F. - SEEF

DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO BRASIL - 1889/1950

A N O S	Nº DE ESTA- BELECIMENTOS	CAPITAL APLICADO	VALOR DA PRODUÇÃO	Nº DE OPERÁRIOS
1889	636	401.630.600\$	507.092.585\$	54.169
1907	3.250	665.576.663\$	741.536.108\$	150.841
1920	13.569	2.039.280.000\$	3.200.670.000\$	293.673
1940	49.418	18.033.237.000\$	17.479.393.000\$	781.185
1950	92.350,	53.408.146.000\$	118.605.165.000\$	1.279.165

LFT/GBF --

3) - O PERÍODO DE TRANSIÇÃO

É bom fazer uma pequena observação, procurando distinguir 3 etapas distintas em nosso processo de desenvolvimento industrial, a primeira em relação a 1930/1955; a segunda 1955/1960 e a terceira 1964 até nossos dias.

Mil novecentos e trinta marca a vitória do industrialismo contra o predomínio agrário, como afirma Adgard Carone, permitindo uma expansão industrial de 5,2% anuais, entre 1930 e 1940.

A penetração do capital estrangeiro no Brasil, financiando a produção e exportação de determinados produtos, trouxe crescimento de aglomerados urbanos em virtude do desenvolvimento industrial. Depois de 1930, com a depressão mundial, é que o Brasil passa a sofrer as consequências desses investimentos, pois necessário se faz que se atente ao apelo das grandes centros financeiros. A crise brasileira foi sentida com a desvalorização da moeda, a debilidade de nossa indústria, através de seu equipamento e com o declínio das importações.

A Segunda Guerra Mundial foi decisiva para a industrialização no Brasil, deu novo impulso, pois a escassez de grande parte dos produtos fez com que caíssem as nossas importações, permitindo que o País acumulasse capital e incentivasse a expansão do setor. Com a diversificação da produção, surge a política de substituição de importação levada a efeito pela queda da capacidade de importar, onde o crescimento da economia contou em média com 6,5 anual do componente industrial.

A economia que era voltada intensamente para o comércio externo, volta-se para o mercado interno, tentando criar uma economia nacional, visando à satisfação das necessidades da população. Entre 1947/1955, através de financiamentos externos, são desenvolvidas as manufaturas de bens de consumo e o produto interno cresceu 6% ao ano, pois os preços do café em alta possibilhou o reabastecimento das indústrias em equipamentos e matérias primas.

Uma fase de mais intenso impacto industrial foi obtida com o Programa de Metas do presidente Juscelino Kubitschek, onde as indústrias de base tiveram sua evolução.

Nesse programa de Metas o apelo ao capital privado recebeu pronta resposta com aplicação em indústrias chaves, siderurgia, cimento, papel e celulose. É bom frisar que paralelamente ao desenvolvimento da indústria no País o programa visava também dois pontos de apoio; o potencial energético e o transporte.

O quadro da evolução da taxa industrial mostra o início de um processo de crescimento bastante promissor, é a primeira tentativa efetiva de se elevar a condição do Brasil como Nação.

Não entraremos em consideração quanto ao desempenho do Setor Industrial nos idos de 1961/1964. Ressaltaremos o lançamento do PROGRAMA DE AÇÃO ECONÔMICA DO GOVERNO CASTELO BRANCO(1964/1967), que restabeleceu a confiança ao País.

Trataremos mais a miúdo considerar a evolução industrial do Brasil a partir de 1967, ano que marcou efetivamente o processo evolutivo da economia nacional, com índices cada vez mais alentadores, é o acontecimento do milagre brasileiro, com a par-

EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS FIXOS E NÚMERO DE PROJETOS APROVADOS

1965/1970

A N O S	NÚMERO DE PROJETOS	INVESTIMENTO FIXO (MILHÕES DE US\$)	E V O L U Ç Ã O
			1965 - 1/8 - 100,0
1965	62	182,0	100,0
1966	158	356,5	195,9
1967	286	481,2	264,4
1968	550	336,8	185,1
1969	699	1.050,5	577,2
1970	860	1.286,3	706,8

FONTE - C. D. I.

LFT/CBF --

ticipação de iniciativa privada levando a efeito a política de desenvolvimentista.

Passaremos agora a dar uma visão mais efetiva do desenvolvimento industrial brasileiro a partir de 1970, numa tentativa de trazer dados atualizados onde as estatísticas governamentais provam a veracidade de tais informações. Daqui por diante faremos uma análise ano a ano.

A fim de modernização do sistema econômico, o Governo vem procurando elevar os níveis de produtividade do setor, dando a empresa nova dimensão de perspectiva.

Hoje toda política está voltada nas diretrizes traçadas nas "Metas e Bases para a Ação do Governo", que prevê uma expansão da indústria de 9 a 11% ao ano e, confirmado essas diretrizes e o comportamento industrial desde 1967, os índices de crescimento da economia brasileira, principalmente do setor, mostram o casamento indústria/governo.

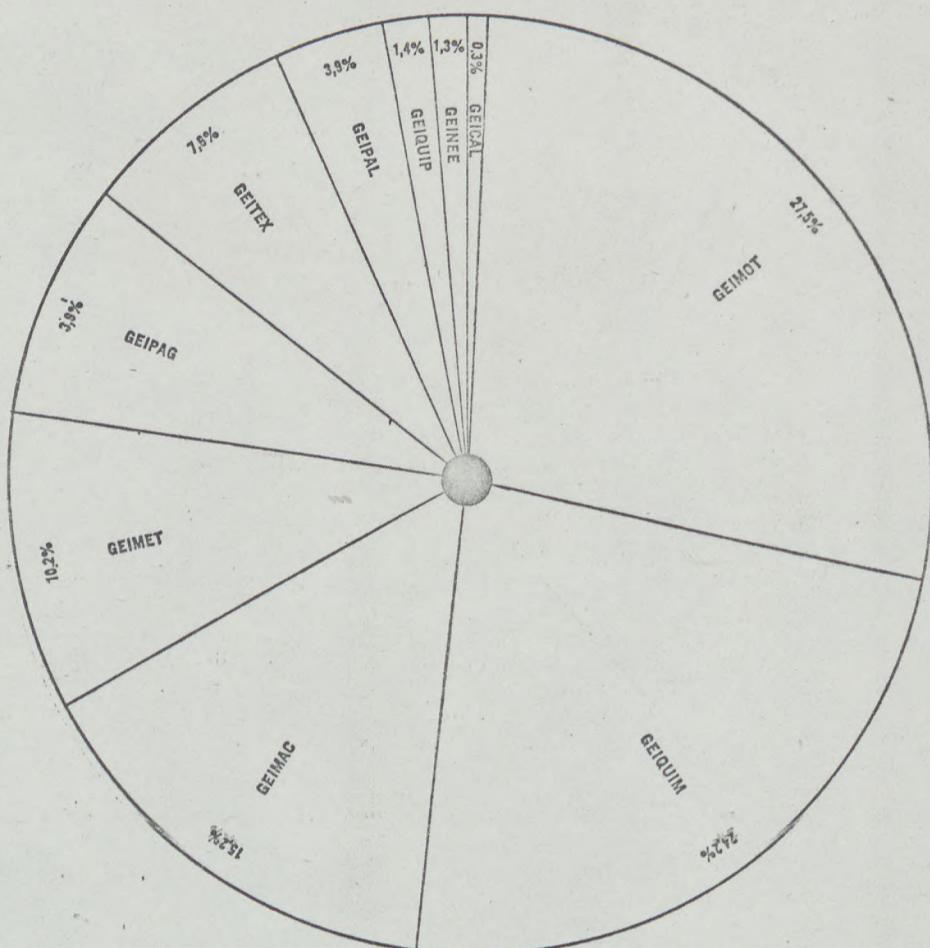
A partir de 1968 a indústria de transformação vem apresentando índices que ultrapassam os ocorridos após a última guerra mundial, onde foram verificadas maiores taxas de crescimento nos setores de bem de capital e de consumo, o que é um estímulo à transformação da estrutura industrial, onde há necessidade cada vez crescente da melhoria dos níveis de produtividade.

Dentro da adoção dessa política de melhoria de níveis de produtividade grande número de projetos foram beneficiados correspondendo a um investimento bruto por parte do Conselho de Desenvolvimento Industrial da ordem de 1.286,3 (milhões de dólares) em 1970.

Valor dos investimentos fixos previstos nos projetos industriais aprovados pelos Grupos Executivos do CDI.

Distribuição Setorial

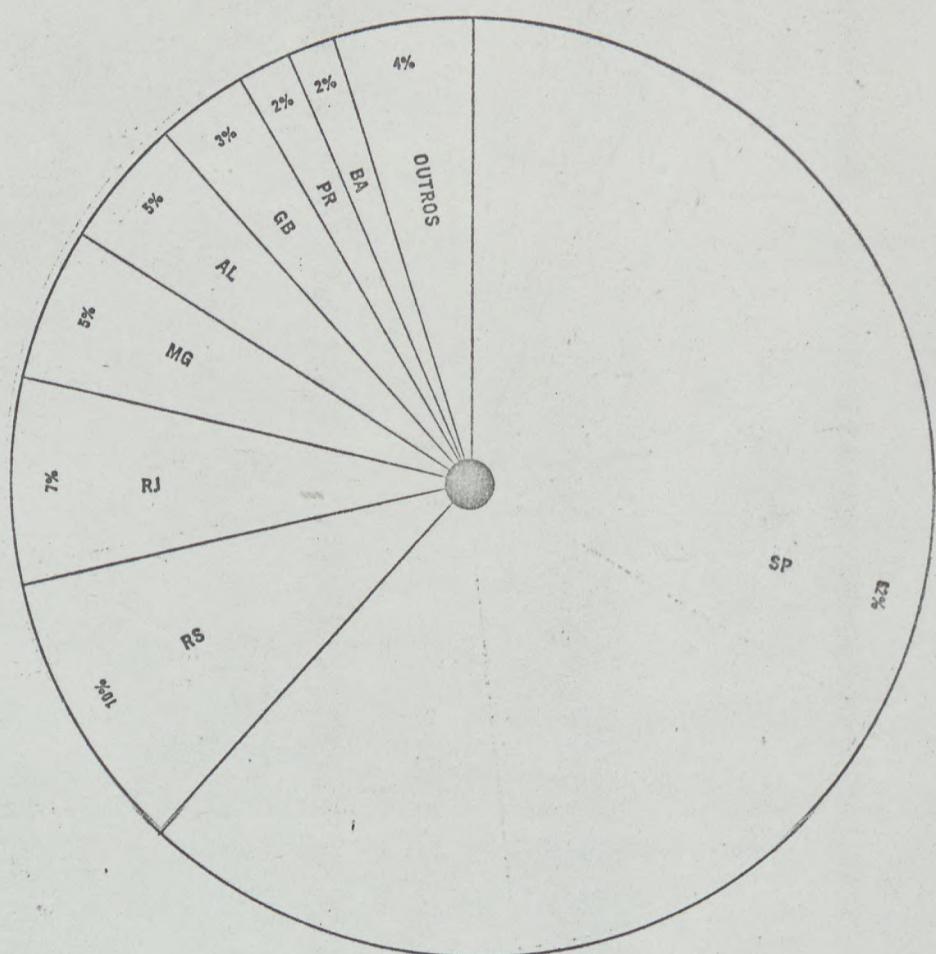
1970



Valor dos investimentos fixos previstos nos projetos industriais aprovados pelos Grupos Executivos do CDI.

Distribuição por Estados

1970



Em 1971, com os resultados previstos, pode-se chegar à conclusão que os objetivos da Política Governamental foram atingidos, uma vez que grande parte das empresas atentara para uma produção programada em princípios racionais e voltada para exigências dos mercados externos. Essas exigências trouxeram uma modificação no quadro até então apresentado, uma vez que o investimento para a produção de matérias primas básica, passou a liderar em relação aos benefícios às indústrias produtoras intermediárias. A compatibilização de eficiência e acelerado crescimento é o resultado de uma tomada de posição, visando:

- a - melhorar e adequar a infra-estrutura econômico-social às necessidades de uma sociedade moderna;
- b - fixar regras estáveis e racionais para ação estatal;
- c - fornecer condições externas e internas à melhoria dos sistemas de decisão empresarial.

Em 1972, quatro fatos mostram a evolução da conjuntura industrial no País: a aceitação consciente por parte das empresas, que o regime de concessão de mercados é incompatível com a abertura dos horizontes industriais; incentivo à importação de indústrias para o Brasil e reaparelhamento para outras; beneficiamento em particular para pequenas e médias empresas, concedendo incentivos, visando facilitar a importação de máquinas e equipamentos; andamento acelerado de grande número de projetos.

O investimento fixo total nos setores, sendo analisados sua distribuição permite levar em consideração e medição a taxa do crescimento econômico do País, para tanto juntamos quadros de investimentos nos anos 1971/1972.

INVESTIMENTOS FIXOS

1971/1972

SETORES	1971	1972
	CR\$	CR\$
BENS DE CAPITAL ...	120.387.000,00	828.553.000,00
MATÉRIAS-PRIMAS	1.694.495.000,00	6.709.687.000,00
BENS INTERMEDIÁRIOS	1.225.187.000,00	1.655.683.000,00
AUTOMATIVO	508.260.000,00	1.733.701.000,00
BENS DE CONSUMO	725.004.000,00	1.949.436.000,00

FONTE - C. D. I

LFT/CBF

E X P O R T A Ç Ã O

- 1 - O QUE É EXPORTAR
- 2 - HISTÓRICO DA EXPORTAÇÃO BRASILEIRA
- 3 - INCENTIVO À POLÍTICA DE EXPORTAÇÃO

O QUE É EXPORTAR

Operando, efetivamente, como fonte adicional à sua produção de bens e serviços, seja como insumo ou uso final, o resto do mundo tem necessidade de importar os excedentes desses bens e serviços. A essa remessa podemos chamar de EXPORTAÇÃO.

O Brasil vem procurando alcançar uma situação que o coloque entre as nações desenvolvidas, para tanto, a partir de 1964 vem desenvolvendo uma política de incentivo às EXPORTAÇÕES, concentrando grandes esforços a fim de permitir a dinamização das relações comerciais e em especial o potencial do mercado florescente.

2.1 - HISTÓRICO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

O comércio exterior do Brasil passou por fases distintas em função de política adotada na década de 40 e princípio de 50, onde a única diferenciação foi a manutenção de taxa de câmbio única.

A manutenção dessa taxa de câmbio contribuiu bastante para o incentivo à importação, uma vez que os produtos exportados ficavam mais caros e desestimulados, em função da forma inflacionária. A restrição do sistema de controle de comércio permitiu o aumento potencial das importações, contribuindo dessa forma para desequilibrar ainda mais com a balança de pagamento, uma vez que as exportações não acompanhavam tal ritmo.

De 1953 a princípios de 1961 com o intuito de proteger a indústria interna, várias modificações foram introduzidas no mecanismo do comércio exterior - fase de liberdade comercial - taxas múltiplas - reclassificação de importações.

Efetivamente, a partir de 1967 foi que nossa política de comércio exterior passou a ser encarada como uma estratégia, onde se buscou o caminho mais importante para conseguir divisas suficientes à manifestação de um fluxo crescente de produtos e serviços tão necessários ao desenvolvimento da economia brasileira. A afirmação do resultado positivo dessa estratégia desenvolvimentista através das exportações é visualizada através da aceleração do nosso produto real 1968 - 8,4% - 1969 - 9% - 1970 - 9,5%, 1971 - 11,3% e 1972 - 10,5%.

INCENTIVO À POLÍTICA DE EXPORTAÇÃO

A criação de uma estrutura de comercialização externa, com bases nacionais e com incorporação da experiência de outras nações, onde a faculdade de demanda nos seja facultada, é o que deseja o Governo e o empresário. Em relação a este aspecto, podemos lembrar o papel desenvolvido pela PETROBRÁS, que utiliza parcela do seu poder de demanda no petróleo, orientando compras para mercados que estejam dispostos a absorver produtos manufaturados brasileiros.

O Realismo Cambial, o sistema das mini-valorizações em prazos curtos, o incentivo às exportações em geral e às de manufaturados em particular; a implantação de companhias de comércio exterior (Trading Companies); a criação de corredores de exportação; a crescente participação de navios com bandeira brasileira em linha de longo curso, mostra a atenção que o Governo vem desenvolvendo, a fim de estruturar o comércio exterior, buscando uma expansão econômica compatível com as necessidades cada vez maiores do nosso desenvolvimento.

Em 1972, visando os incentivos à exportação de produtos manufaturados, expede dois atos: um que dispõe sobre concessão de estímulos a Programas Especiais de Exportação, regulamentando pelo Decreto-Lei nº 71.278/el.10.72; e outro que altera o art. do Decreto-Lei nº 37/18.11.66 e o Decreto-Lei nº 1.244(31.10.72), que dispõe sobre regime fiscal dos estabelecimentos constituídos por conjuntos industriais completos importados.

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

VALOR FOB

US\$ 1.000

ANOS	GLOBAL	MANUFATURADOS	PARTICIPAÇÃO
			%
1962	1.214.185	47.125	3,9
1963	1.406.480	51.337	3,7
1964	1.429.790	92.421	6,5
1965	1.595.479	155.979	9,8
1966	1.741.422	154.120	8,9
1967	1.653.751	209.206	12,7
1968	881.344	204.091	10,8
1969	2.311.169	287.802	12,5
1970	2.738.922	455.369	16,6
1971	2.903.856	650.000	23,4
1972 (x)	3.911.211	911.736	22,84

C A C E X

(x) Dados Sujeitos a modificações.

LFT/CBF .-

C O N S I D E R A Ç Õ E S

O Comércio Exterior no Brasil vem sofrendo um período de transição, tendo em vista o processo de desenvolvimento que nos sa economia vem apresentando desde 1967. Nossas exportações são concentradas em produtos primários e na linha dos manufaturados, com isso conseguimos aumentar a produção agrícola e a diversifi-cação.

É a política correta para alcançar dos nossos objetivos e num futuro bem próximo a conquista efetiva do nosso desenvolvimento.

C O N C L U S Õ E S

Pelo que tentamos focalizar nessas páginas, observa-se que o processo industrial do Brasil passou por várias tentativas de afirmação.

Desde o Brasil Colônia pode-se ver que o setor sempre sofreu pressão, seja na promissora indústria textil, seja no endurecimento da indústria do ferro, o que de certa forma, independente de outros fatores, tolhera sua expansão mais rápida. Tanto a 1^a Guerra Mundial, como também a 2^a, vieram por propiciar incentivos às indústrias do País, onde nota-se que a falta organizacional e de equipamentos modernos na época foram as causas básicas para maior fixação industrial no período.

A orientação desenvolvimentista industrial sofreu e sofre controvérsias em relação ao mercado consumidor interno ou externo. Com a depressão de 30, nota-se o incentivo à política voltado ao mercado interno, dizendo-se até que o País encontrava a final naquela medida a economia nacional. Por seu turno, é bom frisar que essa medida foi tomada em função do comércio externo ter sofrido retração, principalmente ~~as~~ dos países beligerantes e que a crise da década foi o resultado dessa retração.

O grande problema brasileiro sempre foi e é o baixo poder aquisitivo. Também a falta de uma realidade nos custos industriais vem dificultando o desenvolvimento industrial voltado para o mercado interno. Podemos observar que os índices até então apresentados advêm de uma política efetiva de exportação, on-

de o componente industrial é fator preponderante. Por seu turno, o comércio exterior vem permitindo o fluxo de divisas, cada vez maior, que são aplicadas em setores mais carentes de recursos.

As condições atuais de aplicação do capital estrangeiro em nosso setor industrial são as mesmas nos diversos períodos focalizados ~~neste~~ trabalho. Fomos e somos um país carente de recursos.

É a indústria, através do retorno mais rápido do investimento, que nos levará a condição de país forte. Hoje as áreas prioritárias já estão delineadas e os recursos são facilitados. A política é desenvolvimentista, voltada principalmente para os interesses nacionais.

EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE CRESCIMENTO DO SETOR INDUSTRIAL (% A.A.)

SETOR	1921/	1931/	1941/	1948/	1957/	1962/	1968/	1972
	30	40	47	56	61	67	71	
INDÚSTRIA	3,3	5,2	6,5	8,8	10,7	3,7	12,1	15,8

FONTE - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS .

LFT/CBF --

BIBLIOGRAFIA:

BUESCU = Nircéa - História do Des. Econômico do Brasil - A Casa do Livro - 1969.

BAER, Werner, The Development of the Brazilian Steel Industry, Vanderbilt University, Nashville, 1969.

OLIVEIRA, Clovis de, A Indústria, Centro e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

"Do Brasil Colônia ao Brasil República" - OEF, outubro 1943.

SIMONSEN, Roberto C., A Evolução Industrial no Brasil - Setembro 1939 - São Paulo.

JUNIOR, Caio Prado - História Econômica do Brasil - Ed. Brasiliense - 1963.

FURTADO, Celso - Formação Econômica do Brasil - Comp. Ed. Nacional, 1971.

CARONE, Edgard - Revoluções do Brasil Contemporâneo - DESA, 1965.

JAGUARIBE, Hélio - Des. Econômico e Des. Político - Ed. Paz e Terra - 2ª edição, 1969.

Relatórios - BNDE.

